

Acompanhamento anual das medidas
constantes no Plano de Ajustamento
Financeiro - 2014



Portimão
Câmara Municipal

Análise dos desvios da Ficha de Acompanhamento Anual de 2014

O exercício económico de 2014, ficou claramente caracterizado pela recusa de visto dos contratos de empréstimo no âmbito do PAEL e Reequilíbrio Financeiro por parte do Tribunal de Contas, que influenciou negativamente a execução orçamental e patrimonial prevista no PAF – Plano Ajustamento Financeiro.

O Plano de Ajustamento Financeiro, foi implementado no Município de Portimão, com exceção de poucas medidas quer do lado da receita quer do lado da despesa, essencialmente por motivos operacionais e identificadas neste relatório.

Pretende-se com este relatório efetuar uma breve análise aos desvios das medidas e valores previstos em sede de Plano de Ajustamento Financeiro, contrapondo com os montantes efetivamente aplicados, recebidos ou despendidos no exercício de 2014.

Da análise dos desvios dos principais mapas do Plano de Ajustamento Financeiro, a não operacionalização dos empréstimos no âmbito do PAEL e reequilíbrio financeiro foi, em nosso entender o motivo principal para o registo dos elevados desvios, como será analisado seguidamente, por quadro.

QUADRO I: SÍNTESE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA ATUAL E PREVISÕES DE EVOLUÇÃO

De acordo com o disposto na legislação do PAEL, o Plano de Ajustamento Financeiro em vigor no Município terá, obrigatoriamente de ser monitorizado, semestralmente durante o ano económico.

Desta feita, proceder-se-á a uma análise dos desvios (positivos e negativos), do Quadro I – Síntese da Situação Financeira Atual e Previsões de Evolução, anexo ao Plano de Ajustamento Financeiro do Município de Portimão atualmente em vigor.

Esta análise será feita pelas rubricas definidas no quadro I.

Receita efetiva

No ano de 2014, a Receita Corrente (A3.1.), registou um desvio negativo na ordem dos 7,5 milhões de euros (-15%), relativamente ao valor estimado no Plano de Ajustamento Financeiro.

Este desvio, ocorreu essencialmente na cobrança de menos 2,1 milhões de euros (-8,6%) de IMI, na arrecadação de menos, 2,6 milhões de euros (-40,7%) de IMT e de menos 580 mil euros (-40,4%), nas receitas de Taxas e Licenças.

Por seu lado, na Receita de capital s/ ativos e passivos financ. (A3.2.), registou-se um desvio negativo de cerca de 927.709,24€ (-46%), relativamente ao valor estimado no PAF.

A receita recebida foi inferior à receita prevista fundamentalmente na medida prevista de transferência para o Município de Portimão, de valores referentes à redução do capital social da EMARP E.M.

Recorde-se que esta receita estava diretamente relacionada com a operacionalização dos empréstimos no âmbito do PAEL e do reequilíbrio financeiro.

Por ultimo, nas rubricas da receita relacionadas com a *Venda de bens de investimento* (A3.2.1.), também se verificou um desvio negativo na ordem dos 762.882,77€ (-98%), relativamente ao valor estimado no PAF.

Despesa efetiva

Relativamente ao comportamento das despesas Correntes (A4.1.), verificou-se um desvio negativo na ordem dos 5,3 milhões de euros (-14%), relativamente ao valor estimado no PAF.

A despesa real foi inferior à despesa prevista, consequência da não operacionalização dos empréstimos no âmbito do PAEL e do Reequilíbrio Financeiro, nomeadamente, no que se refere ao pagamento efetivo da dívida acumulada.

Por seu lado, os Juros (A4.1.1.), registaram um desvio inferior em 2,4 milhões de euros (-36%), relativamente ao valor estimado no PAF, motivado pela não operacionalização dos empréstimos anteriormente referidos.

De facto, e relativamente aos juros previstos para o PAEL, o desvio foi inferior em 3,1 milhões de euros (-100%), relativamente ao valor estimado no PAF. Não foi efetuada qualquer despesa em relação ao previsto, uma vez que não se concretizou o empréstimo no âmbito do PAEL.

Por seu lado, os juros resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo, registaram um desvio negativo de 3,6 milhões de euros (-97%), relativamente ao valor estimado no PAF. A despesa real foi superior à despesa prevista. Os juros resultantes de curto prazo, registaram desvios positivos de 4,3 milhões de euros uma vez que não houve qualquer previsão.

Já no que se refere às despesas com pessoal (A4.1.2.), o desvio negativo foi na ordem dos 1.191.518,85€ (-8%), relativamente ao valor estimado no PAF. Este desvio foi essencialmente consequência dos cortes previstos em sede de Orçamento de Estado para 2014, pela saída por reforma de colaboradores do Município e ainda pela redução do pagamento de abonos pelo Município, nomeadamente, horas extraordinárias, medida prevista no PAF.

Relativamente às Despesas de capital s/ ativos e passivos financ. (A4.2.), verificou-se um desvio positivo em 3.414.465,04€ (575%), relativamente ao valor estimado no PAF.

Ativos financeiros líquidos amortizações

Da análise das Receitas de ativos financeiros (A7.1.), verificou-se um desvio positivo em cerca de 1,4 milhões de euros (+1995%), relativamente ao valor estimado no PAF. De facto, no ano de 2014, a transferência do valor da redução do capital social da EMARP E.M., foi superior no previsto no PAF.

Relativamente às despesas de ativos financeiros (A7.2.), registou-se um desvio negativo em cerca de 3,8 milhões de euros face ao valor estimado no PAF.

Este desvio teve essencialmente a haver com a necessidade de cobertura de resultados líquidos negativos antes de impostos das Empresas do Sector Empresarial Local, não previsto no PAF.

Passivos financeiros líquidos amortizações

Este capítulo tem essencialmente a haver com o pagamento das prestações de capital relativo aos empréstimos de médio e longo prazo.

Desta feita, a despesas de passivos financeiros (A8.2.), registou um desvio negativo de 4,3 milhões de euros (-58%), relativamente ao valor estimado no PAF.

A despesa real foi inferior à despesa prevista, motivada pela não operacionalização dos empréstimos do PAEL.

Relativamente à amortização dos restantes empréstimos de médio e longo prazo, o Município cumpriu os planos previstos.

Já no que respeita aos juros resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo, registou-se um desvio negativo de cerca 553.590,41€ (-15%), relativamente ao valor estimado no PAF. Não foi realizada qualquer despesa relativa aos empréstimos de Reequilíbrio Financeiro.

Em jeito de conclusão, a Receita Total (A9), registou um desvio negativo de cerca de 6,9 milhões de euros (-13%), relativamente ao estimado pelo PAF, que, pode ser explicado pela dificuldade de se atingir o objetivo proposto no PAF relativamente aos Impostos e Taxas, pela delegação de competências em matéria de Ocupação da Via Publica e de Publicidade na Portimão URBIS, E.M. e ainda pela não aplicação do contrato de gestão delegada da EMARP, E.M., bem como, pela não operacionalização dos empréstimos no âmbito do PAEL e Reequilíbrio Financeiro.

Por seu lado, a despesa Total (A10), registou um desvio negativo em 2,3 milhões de euros (-5%), relativamente ao valor estimado no PAF.

QUADRO II: MEDIDAS PROPOSTAS NO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO

Com a análise deste quadro, pretende-se averiguar a implementação das medidas quer do lado da receita, quer do lado da despesa constantes no Plano de Ajustamento Financeiro em vigor no Município de Portimão.

Para tal, serão analisadas a implementação das medidas e os seus reais impactos, na execução orçamental do Município, identificando-se os eventuais desvios.

Medidas do lado da Receita

Fixação das taxas máximas do Imposto Municipal sobre Imóveis

A aplicação das taxas máximas de IMI, foi uma das medidas previstas no Plano de Ajustamento Financeiro do Município de Portimão, em vigor desde 7 de Março de 2013.

A Assembleia Municipal de Portimão, aprovou na sua reunião de 26 de Novembro de 2013, sobre o valor patrimonial dos prédios urbanos reavaliados e prédios urbanos não reavaliados, as taxas máximas de IMI de, respetivamente, 0,5% e 0,8%, conforme o disposto no articulado do PAEL e no Plano de Ajustamento Financeiro.

Acresce, que em sede de candidatura no PAEL, estava previsto para o ano de 2014, um acréscimo na receita de IMI de cerca de 9,6 milhões de euros anual, face ao ano anterior, conforme espelhado no quadro II da Candidatura ao PAEL.

Da análise à arrecadação de IMI no ano de 2014, registou-se uma variação positiva de cerca de 2,5 milhões de euros (+12%) comparativamente ao período homólogo de 2013.

Neste sentido, verificou-se um desvio negativo global significativo de 7 milhões de euros face ao previsto para esta medida (9,6 milhões de euros - 2,5 milhões de euros do desvio homólogo).

Fixação na taxa máxima da derrama

Foi deliberado pela Assembleia Municipal de Portimão, em reunião ordinária realizada em 26 de Novembro de 2013, lançar a taxa máxima da derrama em 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento, uma vez que o Município se encontra obrigatoriamente vinculado ao cumprimento da Lei n.º 43/2012, de 28/8, diploma que criou o PAEL e do DL 38/2008, de 7/3, sobre os Regimes jurídicos do saneamento financeiro e do reequilíbrio financeiro municipal, o que na prática implica a obrigatoriedade de os impostos municipais serem estipulados pelas suas taxas máximas.

O Município de Portimão procedeu, em 2013, à introdução da cobrança da Derrama à taxa máxima, com conseqüente início de cobrança em 2014.

Ficou inscrito no PAF para esta medida um acréscimo de receita em cerca de 1 milhão de euros para o ano corrente, relativamente ao mesmo período do ano de 2013.

No entanto, o valor executado em sede de Derrama no ano corrente apenas registou 611,8 mil euros. Assim, apurou-se um desvio negativo relativamente ao ano de 2013 de cerca de 180 mil euros (+42%), uma vez que o valor apurado no ano de 2013 foi de 431,8 mil euros.

Para além de não se ter atingido o valor previsto de receita adicional prevista de 1 milhão de euros, foi no entanto superado o valor de receita de 2013, ficando por registar na globalidade, 835 mil euros de receita para atingir o objetivo estipulado no PAF (-82%).

Fixação nas taxas máximas da participação no IRS

Como já anteriormente referido, o Município de Portimão terá obrigatoriamente que cumprir o disposto no diploma do PAEL, no Regime Jurídico do saneamento financeiro e do reequilíbrio financeiro municipal e ainda no PAF. Neste sentido, a Assembleia Municipal de Portimão deliberou não prescindir da participação variável de IRS para o ano de 2014.

Em sede da candidatura no PAEL, não foi previsto qualquer impacto adicional.

No entanto, importa referir que, o valor desta receita no ano corrente, não atingiu o valor do período homólogo de 2013, registando-se um desvio negativo de 267,4 mil euros (-14%), motivado essencialmente pela crise conjuntural que se instalou no país.

Maximização dos preços cobrados pelo município, através da reapreciação dos tarifários

Relativamente a este item não foi inscrito para esta medida qualquer acréscimo ou impacto na receita em sede de PAF.

Há no entanto que salientar, que comparativamente ao ano de 2013, registou-se um desvio negativo de cerca de 49,9 mil euros (-15%).

Otimização e racionalização das taxas cobradas pelo município

Aprovada pela Assembleia Municipal de Portimão, em 26 de Julho de 2013, a Taxa Municipal de Proteção Civil, aplica-se às pessoas singulares ou coletivas proprietárias de prédios urbanos ou rústicos situados no concelho de Portimão, considerando-se proprietário o sujeito passivo em sede de Imposto Municipal sobre Imóveis.

O lançamento desta taxa foi uma das medidas previstas no PAF.

No que concerne às restantes taxas, o município desenvolveu um procedimento de otimização de cobrança e de fiscalização.

Além disso, o Município, tal como exigido no artigo 11º. Do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de Março, atualizou as taxas de acordo com a taxa de inflação.

Analisando a proposta inscrita no PAF para este item, estava previsto para o ano de 2014, um acréscimo na receita no valor de 1 milhão de euros.

Ocorreu no fim do período de 2014 um desvio positivo comparativamente à receita gerada no período homólogo de 2013, no valor de 389,3 mil euros (+32%).

Assim, apesar de não se atingir o valor inscrito no PAF, fica por alcançar o objectivo em cerca de 616,6 mil euros, incorrendo num desvio negativo global em cerca de 61% relativamente ao mesmo.

Para tal, contribuiu ainda o facto da gestão da Publicidade e da Ocupação da via Publica terem sido delegadas na Portimão Urbis, E.M.

Venda de património

O Município, no âmbito da preparação da candidatura ao PAEL, procedeu à inventariação do património imobiliário municipal, com vista à sua otimização.

A venda de bens de investimento reporta também à alienação de capital social da EMARP – Empresa Municipal de Aguas e Resíduos de Portimão, E.M.

Para este item, em sede de PAF, não foi previsto qualquer impacto para o ano de 2014.

No entanto acrescenta-se, que comparativamente ao ano de 2013, verificou-se um desvio negativo de cerca de 39,2 mil euros (-75%).

Rendimentos de propriedade

Esta receita é constituída essencialmente, pelo produto das rendas de terrenos, de juros de depósitos à ordem, das rendas do subsolo (EDP) e de dividendos de empresas participadas pelo Município.

Em sede de PAF, e para o ano de 2014, registaram-se 291,9 mil euros de verba adicional nas receitas desta natureza.

Na avaliação em termos comparativos com o mesmo período de 2013, verificou-se uma diminuição destas receitas em 39,3 mil euros (-2%), contabilizando-se 1,8 milhões de euros no ano em análise.

Neste sentido, não foi possível atingir o valor previsto de 291.940,87€ registados no PAF, originando um desvio global de menos 331,2 mil euros (39,3 mil euros + 291,9 mil euros).

Para além dos 291,9 mil euros previstos receber a mais pelo PAF, no ano de 2014, face ao mesmo período de 2013, a receita não atingiu 1.878.312,15€ registados em 2013.

O desvio verificou-se essencialmente na distribuição de dividendos por parte de empresas participadas pelo Município, motivado pela atual conjuntura económica.

Medidas do lado da Despesa

O Plano de Ajustamento Financeiro do Município de Portimão incluiu medidas de contenção das despesas corrente e de capital.

Desta forma, importa observar as rubricas com maior expressão na globalidade das despesas do Município.

Uma primeira análise, permite concluir que as rubricas com maior relevância para o Município de Portimão e, como tal, as que devem ser observadas e analisadas com maior cuidado são:

Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com pessoal

As medidas de contenção da despesa corrente, em particular da despesa com pessoal, inclui, fundamentalmente, medidas de melhoria na gestão de recursos humanos, nomeadamente:

- Estabelecimento da regra de contratação de “1 entrada por cada 5 saídas” durante o período de vigência do Plano de Ajustamento Financeiro;
- Racionalização da prestação de serviços, análise de valores mensais e fixação de requisitos para as novas contratações e renovações;
- Anulação de todos os concursos externos de ingresso em curso;
- Redução da despesa com horas extraordinárias;
- Cumprimento dos índices de redução do n.º de colaboradores, conforme disposto no Orçamento do Estado.

Estava prevista com a aplicação das medidas descritas anteriormente para o ano de 2014, uma redução nos custos com pessoal na ordem de 579,1 mil euros.

Observou-se um decréscimo desta despesa relativamente ao período homólogo do ano anterior, desagravando-se a despesa em cerca de 480,2 mil euros.

Assim obteve-se um desvio global positivo face ao impacto previsto de cerca de 98,8 mil euros (17%) em relação ao PAF.

Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com aquisição de bens e serviços correntes e de capital

Relativamente a esta medida, importa destacar os encargos mais relevantes, nomeadamente eletricidade, encargos de cobrança, rendas e alugueres, água, seguros, comunicações, contratos de manutenção e assistência técnica e combustíveis, uma vez que a abordagem à redução dos encargos incorridos em cada um será diferente.

Em sede de PAF, para o ano de 2014 estava prevista uma redução destes custos na ordem de 6,8 milhões de euros com a aplicação das medidas.

Contudo, observou-se um acréscimo nesta despesa em cerca de 554,7 mil euros relativamente ao período homólogo do ano anterior, assim obteve-se um desvio negativo face ao impacto previsto em sede de PAF, cerca de 7,4 milhões euros (108%), ou seja dos 6,8 milhões de euros inscritos no PAF para a diminuição de custos desta natureza, no ano de 2014, ainda foi agravado, ficando por atingir para além do objetivo previsto.

Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com transferências correntes, de capital e subsídios

A despesa efetiva deste tipo de prestações, refere-se, na sua maioria, a:

- Transferências para Instituições sem Fins Lucrativos;
- Subsídios concedidos a Empresas Municipais e Intermunicipais e Associações do Município;
- Comparticipação em rendas com habitações.

Nesta rubrica de custos com transferências correntes e de capital, para o ano de 2014, não foi prevista qualquer redução com a aplicação das medidas, no entanto comparativamente com o mesmo período do ano de 2013, foi registado uma diminuição de cerca de 416,4 mil euros (-13%).

Já no que concerne com os custos de Subsídios e atribuição dos mesmos, para o ano de 2014 também não foram previstas reduções inscritas no PAF, com a implementação das medidas, no entanto foram registados para o fim do período de 2014 face ao período homólogo de 2013 um valor superior em 429,9 mil euros (+9%).

QUADRO III: EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA RECEITA E DA DESPESA

De acordo com o disposto na legislação do PAEL, o Programa de Ajustamento Financeiro em vigor no Município terá, obrigatoriamente de ser monitorizado semestralmente durante o ano económico.

Desta feita, proceder-se-á a uma análise dos desvios (positivos e negativos), do Quadro III – Evolução Previsional da Receita e da Despesa, anexo ao Plano de Ajustamento Financeiro do Município de Portimão atualmente em vigor.

Esta análise será feita pelas rubricas definidas no quadro III e teve em linha de conta a utilização do critério anual.

Receitas correntes

O valor cobrado no ano de 2014 referente ao *IMI*, registou um desvio negativo de cerca de 2,1 milhões de euros (-8,6%), relativamente ao valor estimado no PAF.

Quanto à arrecadação da receita de *IMT*, verificou-se um desvio negativo de cerca de 2,9 milhões de euros (-40,7%), relativamente ao valor estimado no PAF. Este registo negativo deve-se fundamentalmente à quebra de transação de imóveis.

A arrecadação da *Derrama*, registou um desvio negativo na ordem dos 403.194,89€ (-39,7%) relativamente ao valor estimado no PAF. Importa ainda referir que arrecadação da receita relativa à *Derrama* teve impacto essencialmente no 2º semestre do ano.

Relativamente aos *outros Impostos*, o desvio é negativo em 344.016,68€ (-32%), relativamente ao valor estimado no PAF. Uma ligeira subestimativa desta receita.

As Taxas, Multas e Outras Penalidades, registaram um desvio negativo de 580.008,69€ relativamente ao valor estimado no PAF. Acresce ainda que a operacionalização da taxa de proteção civil só ocorreu no 2 semestre de 2014.

A arrecadação de *Rendimentos de Propriedade*, registaram um desvio negativo em 944.946,54€ (33,7%), relativamente ao valor estimado no PAF. A distribuição de dividendos ao Município de Portimão também refletem a situação económico financeira que o país atravessa.

Quanto às rubricas de Transferências Correntes, verificou-se um desvio positivo de 666.298,07€, relativamente ao valor estimado no PAF. Subestimativa de transferências correntes da administração Central do Estado e a Serviços e Fundos Autónomos.

No que se refere às rubricas de *Venda de Bens e Serviços Correntes*, verificou-se um desvio negativo de 1.693.721,64€ (-74,9%), relativamente ao valor estimado no PAF. Sob estimativa de Venda de Bens, de Desperdícios, Resíduos e Refugos e Serviços

Por último, as rubricas de, *Outras Receitas Correntes*, registaram um desvio positivo em 448.713,47€ (+30,7%), relativamente ao valor estimado no PAF. Sob estimativa de IVA Reembolsado e Diversas Receitas.

Receitas de capital

Relativamente ao previsto para a *Venda de bens de investimento*, verificou-se um desvio negativo em cerca 762.882,7€ (-98,3%), relativamente ao valor estimado no PAF. De facto, verificou-se uma sub estimativa do valor das vendas de terrenos, tendo sido somente realizado vendas no valor de 13.268,82€, quando na estimativa se previa 776.151,59€.

Por seu lado as Transferências de capital, registaram um desvio negativo de 271.327,25€ (-22,2%), relativamente ao valor estimado no PAF.

Já no que se refere aos *ativos financeiros*, verificou-se um desvio positivo em 1,4 milhões de euros (1995%), relativamente ao valor estimado no PAF. Arrecadou-se uma receita superior ao esperado.

Por ultimo, e no que se refere ás rubricas de Rep. não abatidas nos pagamentos, o desvio é positivo em 71.202,35€, relativamente ao valor estimado no PAF. Não foi feita qualquer estimativa no PAF para esta rubrica, no entanto existiram reposições de juros de factoring e regularizações de juros de empréstimos.

Despesas correntes

Relativamente ao comportamento das Despesas com o Pessoal, verificou-se um desvio negativo de 1.191.518,85€ (-7,8%), relativamente ao valor estimado no PAF. Para tal contribuíram as restrições e contenções aplicadas ao nível remuneratório, aprovadas em sede de Orçamento de Estado de 2014.

Por seu lado, as rubricas de Aquisição de Bens e Serviços, registaram um desvio negativo de 907.995,36€ (-12,3%), relativamente ao valor estimado no PAF. Desvio registado pela não operacionalização dos empréstimos PAEL e Reequilíbrio Financeiro, nomeadamente, no que se refere ao pagamento da Divida transitada

Por outro lado, os *Juros e Outros Encargos*, tiveram um comportamento negativo de 2,4 milhões de euros (35,5%), relativamente ao valor estimado no PAF. De facto, para esta rubrica estavam previstos o pagamento de juros remuneratórios relativos aos empréstimos PAEL e reequilíbrio financeiro, que não se verificou.

Quanto às transferências correntes, verificou-se um desvio negativo na ordem dos 905.793,56€ (-26,7%), relativamente ao valor estimado no PAF. Desvio registado pela não operacionalização dos empréstimos PAEL e Reequilíbrio Financeiro, nomeadamente no que se refere à Divida transitada

Já no que se refere às rubricas de Subsídios, verificou-se um desvio negativo em 270.848,37€ (-4,8%), relativamente ao valor estimado no PAF. Desvio registado pela insuficiência de estimativa.

Por último, e no que se refere às Outras despesas correntes verificou-se um desvio superior em 398.498,59€ (54,1%), relativamente ao valor estimado no PAF. Desvio registado pela insuficiência de estimativa.

Despesas de capital

A rubrica de *Aquisição de Bens de Capital*, registou um desvio superior em 3.202.235,69€ relativamente ao valor estimado no PAF. Este desvio explica-se essencialmente pela não operacionalização dos empréstimos PAEL e Reequilíbrio Financeiro, no que se refere à dívida transitada. Não foram previstas despesas nas rubricas de Habitação, Edifícios e Construções Diversas.

As *Transferências de Capital*, no final do ano de 2014 registaram um desvio superior em 212.229,35€, relativamente ao valor estimado no PAF.

Quanto à rubrica de Ativos Financeiros, verificou-se um desvio superior em 3,8 milhões de euros relativamente ao valor estimado no PAF. Este desvio explica-se essencialmente pela necessidade de cobertura dos resultados líquidos negativos das empresas do sector empresarial local, não prevista no PAF.

Relativamente aos *Passivos Financeiros*, e pela sua não operacionalização do PAEL e Reequilíbrio Financeiro, ocorreu um desvio negativo de 4,3 milhões de euros (-57,9%), relativamente ao valor estimado no PAF.

QUADRO IV: MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO E DO SERVIÇO DA DÍVIDA DE EMLP

De acordo com o disposto na legislação do PAEL, o Programa de Ajustamento Financeiro em vigor no Município terá, obrigatoriamente de ser monitorizado no 1.º e 2.º semestre do ano económico.

Desta feita, proceder-se-á a uma análise dos desvios (positivos e negativos), do Quadro IV – Mapa Previsional da Evolução Dívida Por Curto e Medio e Longo Prazo e do Serviço da Dívida de EMLP, anexo ao Plano de Ajustamento Financeiro do Município de Portimão atualmente em vigor.

Esta análise será feita pelas rubricas definidas no quadro IV e teve em linha de conta a utilização do critério anual.

Dívida de Curto prazo

Nesta rubrica de *Empréstimos de Curto Prazo*, o desvio foi superior em 3 milhões de euros relativamente ao valor estimado no PAF. No PAF estava prevista a liquidação deste empréstimo com a utilização do empréstimo de Reequilíbrio Financeiro, que tal não aconteceu.

Quanto aos *Fornecedores c/c*, e fundamentalmente por falta de liquidez e pela não operacionalização dos empréstimos do PAEL e Reequilíbrio Financeiro, o valor desta rubrica acumulou valores muito superiores aos esperados no PAF, originando um desvio superior a 98,8 milhões de euros (+16306%)

A rubrica de *Fornecedores de imobilizado c/c*, devido às mesmas razões indicadas anteriormente, registou um desvio negativo de cerca de 23,9 milhões de euros (+11454%), relativamente ao valor estimado no PAF.

A não aplicação do PAEL e mais uma vez a falta de liquidez de tesouraria, provocou um desvio superior em 394.156€ (+12279%) na rubrica *Estado e Outros Entes Públicos*.

A subavaliação da liquidação de rendas de habitação provocaram um desvio positivo na ordem dos 20,8 mil euros (+781,1%) na rubrica dos *Adiantamentos de Clientes, Contribuintes e Utentes*.

No que respeita à rubrica *Administração Autárquica*, foi verificado um desvio superior em 493.094€, relativamente ao valor estimado no PAF, devido à falta de liquidez, a rubrica acumulou valores muito superiores ao esperado no PAF.

Por último, a rubrica de *Outros Credores*, apresentou um desvio superior em 9,4 milhões de euros (21752%), relativamente ao valor estimado no PAF, também pelas razões anteriormente apresentadas.

Dívida de Médio e longo prazo

A não aprovação dos empréstimos PAEL e reequilíbrio financeiro por parte do Tribunal de Contas, teve como consequências, os desvios negativos nas várias rubricas de empréstimos de médio e longo prazos, comparativamente ao valor proposto no PAF.

Assim, o *Empréstimo no âmbito da candidatura ao PAEL* registou um desvio na ordem dos 138,9 milhões de euros.

Por seu lado, o montante previsto para a utilização do empréstimo PAEL, registou um desvio negativo na ordem dos 93,1 milhões de euros face ao previsto no PAF.

Por outro lado, o desvio registado na rubrica de outros empréstimos atingiu os 45,8 milhões de euros (-84,3%)

PLANO DE REEQUILIBRIO FINANCEIRO

QUADRO I: SÍNTESE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA ATUAL E PREVISÕES DE EVOLUÇÃO

Município:

Portimão

Data:

31/12/2014

(euros)

Descrição	Valores Apurados 2013	Valores estimados no PAF para 2014		Valores Apurados Ano 2014	Valores Apurados Semestre 2014	Desvio face ao previsto				Observação / Justificação
		Ano	Semestral *			Ano		Semestral *		
						Valor Absoluto	Valor %	Valor Absoluto	Valor %	
A1. Saldo inicial (de operações orçamentais)	240 804,54	4 476 117,07	2 238 058,54	25 352,91	751 615,27	-4 450 764,16	-99%	-1 486 443,27	-66%	
A2. Reposições não abatidas nos pagamentos	66 755,77	0,00	0,00	71 203,50	71 202,35	71 203,50		71 202,35		
A3. Receita efetiva	41 822 134,76	52 886 888,05	26 443 444,03	44 405 456,61	19 155 279,55	-8 481 431,44	-16%	-7 288 164,48	-28%	
A3.1. Receita corrente	39 765 404,55	50 889 437,95	25 444 718,98	43 335 715,75	18 543 496,52	-7 553 722,20	-15%	-6 901 222,46	-27%	
A3.2. Receita capital (s/ ativos e passivos financ.)	2 056 730,21	1 997 450,10	998 725,05	1 069 740,86	611 783,03	-927 709,24	-46%	-386 942,02	-39%	
... da qual						0,00				
A3.2.1. Venda de bens de investimento	52 500,00	776 151,59	388 075,80	13 268,82	7 665,54	-762 882,77	-98%	-380 410,26	-98%	
A4. Despesa efetiva	37 272 851,10	39 757 424,31	19 878 712,16	37 867 039,61	15 464 377,67	-1 890 384,70	-5%	-4 414 334,49	-22%	
A4.1. Correntes	33 683 810,03	39 163 609,89	19 581 804,95	33 858 760,15	15 001 655,74	-5 304 849,74	-14%	-4 580 149,21	-23%	
... das quais										
A4.1.1. Juros	4 118 447,47	6 826 649,38	3 413 324,69	4 398 539,31	1 096 694,32	-2 428 110,07	-36%	-2 316 630,37	-68%	
a. Resultantes do PAEL		3 121 386,45	1 560 693,23	0,00	0,00	-3 121 386,45	-100%	-1 560 693,23	-100%	O PAEL não foi operacionalizado
b. Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	4 118 447,47	3 705 262,93	1 852 631,47	97 157,46	44 451,66	-3 608 105,47	-97%	-1 808 179,81	-98%	Não operacionalização do PAEL, reequilíbrio financeiro
c. Resultantes de endividamento de curto prazo	0,00	0,00	0,00	4 301 381,85	1 052 242,66	4 301 381,85		1 052 242,66		Referente a juros de mora e factoring
A4.1.2. Despesas com pessoal	14 489 922,35	15 201 192,15	7 600 596,08	14 009 673,30	7 307 904,07	-1 191 518,85	-8%	-292 692,01	-4%	Pelo efeito dos cortes salariais previstos em O.E.
A4.2. Despesas de capital (s/ ativos e passivos financ.)	3 589 041,07	593 814,42	296 907,21	4 008 279,46	462 721,93	3 414 465,04	575%	165 814,72	56%	
A5. Saldo global	4 549 283,66	13 129 463,74	6 564 731,87	6 538 417,00	3 690 901,88	-6 591 046,74	-50%	-2 873 829,99	-44%	
A5.1. Saldo corrente	6 081 594,52	11 725 828,06	5 862 914,03	9 476 955,60	3 541 840,78	-2 248 872,46	-19%	-2 321 073,25	-40%	
A5.2. Saldo de capital	-1 532 310,86	1 403 635,68	701 817,84	-2 938 538,60	149 061,10	-4 342 174,28	-309%	-552 756,74	-79%	
A6. Saldo primário	8 667 731,13	19 956 113,12	9 978 056,56	10 936 956,31	4 787 596,20	-9 019 156,81	-45%	-5 190 460,36	-52%	

Continuação da página anterior

Município:

Portimão

Data:

31/12/2014

(euros)

Descrição	Valores Apurados 2013	Valores estimados no PAF para 2014		Valores Apurados Ano 2014	Valores Apurados Semestre 2014	Desvio face ao previsto				Observação / Justificação
		Ano	Semestral *			Ano		Semestral *		
						Valor Absoluto	Valor %	Valor Absoluto	Valor %	
A7. Ativos financeiros líquidos amortizações	-595 834,42	72 435,19	36 217,60	-2 328 327,82	-2 362 464,21	-2 400 763,01	-3314%	-2 364 545,42	-6529%	
A7.1. Receitas de ativos financeiros	1 589 630,82	72 435,19	36 217,60	1 517 694,67	1 483 558,28	1 445 259,48	1995%	1 481 477,08	4090%	Diz respeito à receita proveniente da redução Capital - EMARP. - Prevista no PAF recebida em 2013
A7.2. Despesas de ativos financeiros	2 185 465,24	0,00	0,00	3 846 022,49	3 846 022,49	3 846 022,49		3 846 022,49		Diz respeito à cobertura de resultados líquidos negativos do SEL. Não prevista no PAF
A8. Passivos financeiros líquidos amortizações	-4 170 251,65	-7 486 996,92	-3 743 498,46	-3 154 728,08	-1 392 633,23	4 332 268,84	-58%	2 350 865,23	-63%	
A8.1. Receitas de passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		
A8.2. Despesas de passivos financeiros	4 170 251,65	7 486 996,92	3 743 498,46	3 154 728,08	1 392 633,23	-4 332 268,84	-58%	-2 350 865,23	-63%	Não operacionalização do PAEL
a. Resultantes do PAEL		3 778 678,43	1 889 339,22	0,00	0,00	-3 778 678,43	-100%	-1 889 339,22	-100%	
b. Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	4 170 251,65	3 708 318,49	1 854 159,25	3 154 728,08	1 392 633,23	-553 590,41	-15%	-461 526,02	-25%	Não operacionalização do reequilíbrio financeiro
c. Resultantes de endividamento de curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		
A9. Receita total	43 478 521,35	52 959 323,24	26 479 661,62	45 994 354,78	20 710 040,18	-6 964 968,46	-13%	-5 735 485,05	-22%	Delegação da cobrança de taxas na Portimão URBIS e não aplicação do contrato de Gestão Delegada na EMARP
A10. Despesa total	43 628 567,99	47 244 421,23	23 622 210,62	44 867 790,18	20 703 033,39	-2 376 631,05	-5%	-2 919 177,23	-12%	
A11. Saldo para a gerência seguinte	90 757,90	10 191 019,08	5 095 509,54	1 151 917,51	758 622,06	-9 039 101,57	-89%	-4 302 751,09	-84%	
A12. Serviço da dívida	8 288 699,12	14 313 646,30	7 156 823,15	7 553 267,39	2 489 327,55	-6 760 378,91	-47%	-4 667 495,60	-65%	Não operacionalização do PAEL, reequilíbrio financeiro
A13. Endividamento total	149 691 782,25	160 499 630,16	80 249 815,08	152 789 221,92	162 936 696,00	-7 710 408,24	-5%	82 686 880,92	103%	Não operacionalização do PAEL, reequilíbrio financeiro
A13.1 Bancário	13 356 016,83	147 448 587,67	73 724 293,84	19 131 363,82	20 893 501,44	-128 317 223,85	-87%	-52 830 792,40	-72%	Não operacionalização do PAEL, reequilíbrio financeiro
A13.1.1 Médio e longo prazo	10 356 016,83	147 448 587,67	73 724 293,84	8 516 758,92	17 893 501,44	-138 931 828,75	-94%	-55 830 792,40	-76%	Não operacionalização do PAEL, reequilíbrio financeiro
a. Resultante do PAEL		93 158 788,93	46 579 394,47	0,00	0,00	-93 158 788,93	-100%	-46 579 394,47	-100%	Não operacionalização do PAEL, reequilíbrio financeiro
b. Outro endividamento bancário de médio e longo prazo c)	10 356 016,83	54 289 798,74	27 144 899,37	8 516 758,92	17 893 501,44	-45 773 039,82	-84%	-9 251 397,93	-34%	Não operacionalização do PAEL, reequilíbrio financeiro
A13.1.2 Curto prazo	3 000 000,00	0,00	0,00	10 614 604,90	3 000 000,00	10 614 604,90		3 000 000,00		Não operacionalização do PAEL, reequilíbrio financeiro
A13.2 Fornecedores	120 626 421,11	811 042,49	405 521,25	122 933 776,21	127 835 768,80	122 122 733,72	15058%	127 430 247,56	31424%	Não operacionalização do PAEL, reequilíbrio financeiro
A13.3 Outra dívida a terceiros não financeira	15 709 344,31	12 240 000,00	6 120 000,00	10 724 081,89	14 207 425,76	-1 515 918,11	-12%	8 087 425,76	132%	Não operacionalização do PAEL, reequilíbrio financeiro
A14. Prazo médio de pagamento (n.º dias)	1 088	31	45	4 628	1 055					

c) Corresponde à conta 2312 (incluindo designadamente os empréstimos do IHRU/INH)

* Para efeitos análise, considerou-se metade do valor anual previsto

IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DO LADO DA RECEITA E DA DESPESA CONTEMPLADOS PELO PAF

DESIGNAÇÃO DAS MEDIDAS	INCIDENCIA	BASE LEGAL	PERCEN. TAXA APLICADA	DATA DA DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	ACTAS DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	DATA DA DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	ACTAS DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	PERCEN. TAXA APLICADA	DATA DA DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	ACTAS DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	DATA DA DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	ACTAS DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
RECEITA												
APLICAÇÃO DAS TAXAS MAXIMAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMOVEIS	SOBRE O VALOR PATRIMONIAL DOS PREDIOS RUSTICOS REAVALIADOS	ALINEA I) DO N.º 1 DO ARTIGO 11.º DO DECRETO-LEI N.º 38/2008, DE 7 DE MARÇO	0,8%	13/11/2012	Ata1113Ext.pdf	29/11/2012	ata10_2012.pdf	0,8%	12/11/2013	Ata1112.pdf	26/11/2013	ata10_2013.pdf
	SOBRE O VALOR PATRIMONIAL DOS PREDIOS URBANOS NÃO AVALIADOS		0,8%	13/11/2012	Ata1113Ext.pdf	29/11/2012	ata10_2012.pdf	0,8%	12/11/2013	Ata1112.pdf	26/11/2013	ata10_2013.pdf
	SOBRE O VALOR PATRIMONIAL DOS PREDIOS URBANOS AVALIADOS		0,5%	13/11/2012	Ata1113Ext.pdf	29/11/2012	ata10_2012.pdf	0,5%	12/11/2013	Ata1112.pdf	26/11/2013	ata10_2013.pdf
	SOBRE O VALOR PATRIMONIAL DOS PREDIOS URBANOS NÃO AVALIADOS DEVOLLUTOS HÁ MAIS DE UM ANO	ARTIGO 112.º DO CODIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMOVEIS (CIMI)	2,4%	12/11/2013	Ata1112.pdf	26/11/2013	ata10_2013.pdf					
	SOBRE O VALOR PATRIMONIAL DOS PREDIOS URBANOS AVALIADOS DEVOLLUTOS HÁ MAIS DE UM ANO		1,5%	12/11/2013	Ata1112.pdf	26/11/2013	ata10_2013.pdf					
APLICAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL	SOBRE O VALOR PATRIMONIAL DOS PREDIOS URBANOS E RUSTICOS	REGULAMENTO DA TAXA MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL N.º 3 DO ART.º 4,	0,02%	17/07/2013	Ata0717.pdf	26/07/2013	ata05_2013.pdf					
APLICAÇÃO DA TAXA MAXIMA DA DERRAMA	SOBRE OS RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS ÀS EMPRESAS REGISTRADAS NO MUNICIPIO SUJEITAS A IRC	N.º 2 DO ARTIGO 12.º DA LEI N.º 2/2007 (LEI DAS FINANÇAS LOCAIS)	1,5%	13/11/2012	Ata1113Ext.pdf	29/11/2012	ata10_2012.pdf	1,5%	12/11/2013	Ata1112.pdf	26/11/2013	ata10_2013.pdf
APLICAÇÃO DA TAXA MAXIMA DA PARTICIPAÇÃO NO IRS	SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICILIO FISCAL NA RESPECTIVA CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL, RELATIVA AOS RENDIMENTOS DO ANO IMEDIATAMENTE ANTERIOR, CALCULADA SOBRE A RESPECTIVA COLECTA LIQUIDA DAS DEDUÇÕES PREVISTAS	N.º 2 DO ARTIGO 20.º DA LEI N.º 2/2007 (LEI DAS FINANÇAS LOCAIS)	5%	13/11/2012	Ata1113Ext.pdf	29/11/2012	ata10_2012.pdf	5%	12/11/2013	Ata1112.pdf	26/11/2013	ata10_2013.pdf
APLICAÇÃO DE TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES		ALINEA A) DO Nº6 DO ARTIGO 64º DA LEI Nº 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO DA LEI Nº 5-A/2002, de 11		19-12-2012 27-12-2012	ata01_2013.pdf				20/03/2013	Ata0320.pdf	22/04/2013	ata03_2013.pdf
APLICAÇÃO DA REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA EMARP				20/06/2012	Ata0620EXT.pdf	27/07/2012	ata06_2012.pdf					
CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO DELEGADA COM A EMARP												

Continuação da página anterior

DESPESA	INCIDENCIA	BASE LEGAL	VARIAÇÕES PERCENTUAIS	DATA DA DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	ACTAS DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	DATA DA DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	ACTAS DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	PERCEN. TAXA APLICADA	DATA DA DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	ACTAS DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	DATA DA DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	ACTAS DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	
RACIONALIZAÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL COM PESSOAL	ESTABELECIMENTO DA REGRA DE CONTRATAÇÃO DE "1 ENTRADA POR CADA 5 SAIDAS" DURANTE O PERIODO DE VIGENCIA DO PLANO	PAF -LEI N.º 43/2012, DE 28 DE AGOSTO PORTARIA N.º 281-A/2012, DE 14 DE SETEMBRO											
	RACIONALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO EXTERNA DE SERVIÇOS: ANÁLISE DE VALORES MENSIS E FIXAÇÃO DE REQUISITOS PARA NOVAS CONTRATAÇÕES E RENOVACÕES (CASO DOS SEGUROS E COMUNICAÇÃO)												
	ANULAÇÃO DE TODOS OS CONCURSOS EXTERNOS DE INGRESSO EM CURSO												
	REDUÇÃO DA DESPESA COM HORAS EXTRAORDINARIAS		REDUÇÃO 72% 2012 REDUÇÃO 99,9% 2013										
RACIONALIZAÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL COM AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES E DE CAPITAL	ELECTRICIDADE	PAF -LEI N.º 43/2012, DE 28 DE AGOSTO PORTARIA N.º 281-A/2012, DE 14 DE SETEMBRO	INCREMENTO DE 34,4%										
	RENDAS E ALUGUERES		INCREMENTO 51%										
	ÁGUA		REDUÇÃO 100%										
	SEGUROS, COMUNICAÇÃO E CONTRATOS DE MANUTENÇÃO E ASSISTENCIA TÉCNICA		INCREMENTO 9,9%										
	COMBUSTIVEIS		INCREMENTO 14,6%										
RACIONALIZAÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL COM TRANSFERENCIAS CORRENTES, DE CAPITAL E SUBSIDIOS	TRANSFERENCIAS PARA INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	PAF -LEI N.º 43/2012, DE 28 DE AGOSTO PORTARIA N.º 281-A/2012, DE 14 DE SETEMBRO	REDUÇÃO 35,9%										
	SUBSIDIOS CONCEDIDOS A EMPRESAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS E ASSOCIAÇÕES DO MUNICIPIO		REDUÇÃO 4,1% (ano 2013-ano 2012)										
	COMPARTICIPAÇÕES EM RENDAS COM HABITAÇÃO		REDUÇÃO 11,8% (ano 2013-ano 2012)										

QUADRO II: MEDIDAS PROPOSTAS NO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO

Município:	Portimão												Data:	
													31/12/2014	
													(euros)	
Descrição das medidas	2012 Valores apurados* (Indique o montante total executado nas rubricas respectivas)		Análise dos impactos das Medidas										Justificação da implementação da medida (ata de reunião, edital, despacho,...)	
			2013		2013		2013		2013		2013			
	Ano	Semestre *	Ano	Semestre *	Ano	Semestre *	Ano	Semestre *	Ano	Semestre *	Ano	Semestre *		
B.1 Aumento da receita														
1. Fixação nas taxas máximas do IMI - Avaliação Geral de Imóveis	15 802 051,77	7 901 025,89	5 952 948,23	2 976 474,12	4 870 849,64	389 584,17	30,82%	4,93%	-1 082 098,59	-2 586 889,95	-18,18%	-86,91%	Excesso estimativa	
3. Fixação na taxa máxima da derrama	0,00	0,00	0,00	0,00	431 819,28	0,00			431 819,28	0,00			Insuficiência de estimativa	
4. Fixação nas taxas máximas da participação no IRS nos termos da Lei das Finanças Locais	1 858 485,00	929 242,50	0,00	0,00	0,00	-4,50	0,00%	0,00%	0,00	-4,50				
5. Maximização dos preços cobrados pelo município, através da repreciação dos contratos	576 655,59	288 327,80	0,00	0,00	-251 838,46	-116 456,48	-43,67%	-40,39%	-251 838,46	-116 456,48			Delegação da Gestão da publicidade e separação da via pública na Portimão	
6. Otimização e racionalização das taxas cobradas pelo município	1 256 915,08	628 457,54	994 561,59	497 280,80	-40 076,55	127 505,75	-3,19%	20,29%	-1 034 638,14	-369 775,05	-104,03%	0,00%		
7. Aperfeiçoamento dos processos e do controlo sobre os factos suscetíveis de gerarem a cobrança de taxas e preços municipais, bem como ao nível da aplicação de coimas e da promoção dos processos de execução fiscal a cargo do município	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00				
8. Venda de património	83 980,10	41 990,05	1 160 234,04	580 117,02	-31 480,10	10 509,95	-37,49%	25,03%	-1 191 714,14	-569 607,07	-102,71%	-98,19%	Excesso estimativa	
9. Rendimentos de propriedade	1 648 106,27	824 053,14	0,00	0,00	230 205,88	-390 172,79	13,97%	-47,35%	230 205,88	-390 172,79			Não se registou a distribuição de dividendos previstos no PAF	
10. Transferências correntes	7 412 341,62	3 706 170,81	0,00	0,00	-1 395 856,85	-644 443,50	-18,83%	-17,39%	-1 395 856,85	-644 443,50			Excesso estimativa	
... discriminar cada medida numa linha														
Total Aumento de receita (B.1)	3 565 657,04	1 782 828,52	8 107 743,86	4 053 871,93	3 813 622,84	-623 477,40	106,95%	-34,97%	-4 294 121,02	-4 677 349,33	-52,96%	-34,15%		
B.2 Redução da despesa														
10. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com pessoal	13 152 074,16	6 576 037,08	483 755,91	241 877,96	1 337 848,19	473 123,70	10,17%	7,19%	854 092,28	231 245,75	176,55%	95,60%		
11. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com aquisição de bens e serviços correntes e de capital	11 527 318,44	5 763 659,22	6 654 758,16	3 327 379,08	-1 977 463,15	305 662,86	-17,15%	5,30%	-8 632 221,31	-3 021 716,22	-129,72%	-90,81%		
12. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com transferências correntes e de capital	3 065 942,85	1 532 971,43	0,00	0,00	190 937,55	-235 390,38	6,23%	-15,36%	190 937,55	-235 390,38				
13. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com atividades que tenham impacto direto na diminuição de custos de funcionamento de infraestruturas municipais	5 876 798,35	2 938 399,18	0,00	0,00	-5 876 798,35	-2 938 399,18	-100,00%	-100,00%	-5 876 798,35	-2 938 399,18				
14. Subsídios	425 686,24	212 843,12	0,00	0,00	4 522 597,99	1 539 761,94	1062,43%	723,43%	4 522 597,99	1 539 761,94			Não operacionalização do PAEL e pagamentos efectuados ao SET	
... discriminar cada medida numa linha														
Total Poupança gerada pela redução da despesa (B.2)	6 302 484,59	3 151 242,30	7 138 514,07	3 569 257,04	-1 802 877,77	-855 241,05	-28,61%	-27,14%	-8 941 391,84	-4 424 498,09	-125,26%	-27,36%		
B.3 Outras medidas														
15. Informação referente a eventuais concursos públicos que se encontrem a decorrer b)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00				
16. Informação referente a processos judiciais e extrajudiciais pendentes, em resultado dos quais resulte significativo impacto financeiro para o município b)	0,00	0,00	-456 378,64	-228 189,32	0,00	0,00			456 378,64	228 189,32	-100,00%			
17. Outras medidas b)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00				
... discriminar cada medida numa linha														
Total aumento receita / poupança gerada pelas outras medidas (B.3)	0,00	0,00	-456 378,64	-228 189,32										
Total impacto esperado (B.1+B.2+B.3)	9 868 141,63	4 934 070,82	14 789 879,29	7 394 939,65	2 010 745,07	-1 478 718,45	78,35%	-62,11%	-13 235 512,86	-9 101 847,41	-178,22%	-61,52%		

b) Indicação do tipo de impacto que podem ter: no caso de aumento de receitas indicar com sinal positivo; no caso de aumento da despesa indicar com sinal negativo.

c) Devem ser registadas todas as medidas implementadas pelo Município. Caso as medidas não estejam listadas no quadro, deverão acrescentar as linhas necessárias.

* Para efeitos análise, considerou-se a metade do valor anual previsto

Continuação da página anterior

Município:

Portimão

Data:

31/12/2014

(euros)

Descrição das medidas	Análise dos impactos das Medidas 2014										Justificação da implementação da medida (ata de reunião, edital, despacho,...)	
	Valor das medidas (previstos)		Δ em valor absoluto - valores do ano corrente e ano anterior		Δ em valor em percent. - valores do ano corrente e ano anterior		Δ em valor absoluto - valor da variação do executado face ao ano anterior e o valor da medida previsto		Δ em percent. - valor da variação do executado face ao ano anterior e o valor da medida previsto			
	Ano	Semestre *	Ano	Semestre *	Ano	Semestre *	Ano	Semestre *	Ano	Semestre *		
B.1 Aumento da receita												
1. Fixação nas taxas máximas do IMI - Avaliação Geral de Imóveis	9 532 865,31	4 766 432,66	2 488 049,30	1 467 184,59	12%	18%	-7 044 816,01	-3 299 248,07	-74%	-69%	Excesso de estimativa	
3. Fixação na taxa máxima da derrama	1 015 058,80	507 529,40	180 044,63	77 816,98	42%		-835 014,17	-429 712,42	-82%	-85%	Excesso de estimativa	
4. Fixação nas taxas máximas da participação no IRS nos termos da Lei das Finanças Locais			-267 422,00	-196 301,00	-14%	-21%	-267 422,00	-196 301,00				
5. Maximização dos preços cobrados pelo município, através da reapreciação dos tarifários			-49 922,86	-42 571,42	-15%	-25%	-49 922,86	-42 571,42				
6. Otimização e racionalização das taxas cobradas pelo município	1 005 917,13	502 958,57	389 303,01	-385 641,70	32%	-51%	-616 614,12	-888 600,27	-61%	-177%		
7. Aperfeiçoamento dos processos e do controlo sobre os factos susceptíveis de gerarem a cobrança de taxas e preços municipais, bem como ao nível da aplicação de coimas e da promoção dos processos de execução fiscal a cargo do município	0,00	0,00	0,00	0,00								
8. Venda de património	0,00	0,00	-39 231,18	-44 834,46	-75%	-85%	-39 231,18	-44 834,46				
9. Rendimentos de propriedade	291 940,87	145 970,44	-39 289,89	400 053,51	-2%	92%	-331 230,76	254 083,08	-113%	174%		
10. Transferências correntes	0,00	0,00	184 355,29	116 228,25	3%	4%	184 355,29	116 228,25				
... discriminar cada medida numa linha												
Total Aumento de receita (B.1)	11 845 782,11	5 922 891,06	2 845 886,30	1 391 934,75	9%	10%	-8 999 895,81	-4 530 956,31	-76%	-76%		
B.2 Redução da despesa												
10. Redução/contenção/ racionalização da despesa municipal com pessoal	579 139,85	289 569,93	-480 249,05	258 743,29	-3%	4%	98 890,80	548 313,22	17%	189%	Excesso de estimativa	
11. Redução/contenção/ racionalização da despesa municipal com aquisição de bens e serviços correntes e de capital	6 882 362,34	3 441 181,17	554 755,70	-2 829 741,12	6%	-47%	7 437 118,04	611 440,05	108%	18%	Excesso de estimativa	
12. Redução/contenção/ racionalização da despesa municipal com transferências correntes e de capital	0,00	0,00	-416 479,75	-5 216,57	-13%	0%	-416 479,75	-5 216,57				
13. Redução/contenção/ racionalização da despesa municipal com atividades que tenham impacto direto na diminuição de custos de funcionamento de infraestruturas municipais												
14. Subsídios	0,00	0,00	429 986,62	117 714,38	9%	7%	429 986,62	117 714,38				
... discriminar cada medida numa linha												
Total Poupança gerada pela redução da despesa (B.2)	7 461 502,19	3 730 751,10	88 013,52	-2 458 500,02	9%	-15%	7 549 515,71	1 272 251,08	101%	34%		
B.3 Outras medidas												
15. Informação referente a eventuais concursos públicos que se encontrem a decorrer b)												
16. Informação referente a processos judiciais e extrajudiciais pendentes, em resultado dos quais resulte significativo impacto financeiro para o município b)												
17. Outras medidas b)												
... discriminar cada medida numa linha												
Total aumento receita / poupança gerada pelas outras medidas (B.3)	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00		0%		
Total impacto esperado (B.1+B.2+B.3)	19 307 284,30	9 653 642,15	2 933 899,82	-1 066 565,27	17%	-5%	-1 450 380,10	-3 258 705,23	25%	-42%		

b) Indicação do tipo de impacto que podem ter: no caso de aumento de receitas indicar com sinal positivo; no caso de aumento da despesa indicar com sinal negativo.

c) Devem ser registadas todas as medidas implementadas pelo Município. Caso as medidas não estejam listadas no quadro, deverão acrescentar as linhas necessárias.

* Para efeitos análise, considerou-se a metade do valor anual previsto

PLANO DE REEQUILIBRIO FINANCEIRO

QUADRO III: EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA RECEITA E DA DESPESA

Município:

Portimão

Data:

31/12/2014

(euros)

Descrição	Valores candidatura		Valores Executados 2014		Desvio face ao previsto				Observação / Justificação
	Valores estimados no PAF para 2014				Ano		Semestral *		
	Ano	Semestral *	Ano	Semestral *	Valor Absoluto	Valor em %	Valor Absoluto	Valor em %	
Receitas correntes	50 889 437,95	25 444 718,98	43 335 715,75	18 543 496,52	-7 553 722,20	-14,84%	-6 901 222,46	-27,12%	
Impostos directos	34 729 293,35	17 364 646,68	29 623 253,16	12 570 193,24	-5 106 040,19	-14,70%	-4 794 453,44	-27,61%	
IMI	25 334 917,08	12 667 458,54	23 160 950,71	9 757 794,64	-2 173 966,37	-8,58%	-2 909 663,90	-22,97%	Excesso de estimativa
IMI	7 254 599,44	3 627 299,72	4 303 440,43	1 928 938,94	-2 951 159,01	-40,68%	-1 698 360,78	-46,82%	Excesso de estimativa
Derrama	1 015 058,80	507 529,40	611 863,91	77 816,98	-403 194,89	-39,72%	-429 712,42	-84,67%	Excesso de estimativa
Outros	1 124 718,03	562 359,02	1 546 998,11	805 642,68	422 280,08	37,55%	243 283,67	43,26%	Insuficiencia de estimativa
Impostos indirectos	1 074 842,35	537 421,18	730 825,67	228 534,19	-344 016,68	-32,01%	-308 886,99	-57,48%	Excesso de estimativa, efeito delegação cobrança URBIS
Taxas, multas e outras penalidades	1 434 347,13	717 173,57	854 338,44	121 677,77	-580 008,69	-40,44%	-595 495,80	-83,03%	
Taxas	1 358 473,32	679 236,66	792 355,50	86 033,75	-566 117,82	-41,67%	-593 202,91	-87,33%	Não operacionalização da taxa protecção civil
Multas	75 873,81	37 936,91	61 982,94	35 644,02	-13 890,87	-18,31%	-2 292,89	-6,04%	
Rendimentos da propriedade	2 805 241,29	1 402 620,65	1 860 294,75	854 216,06	-944 946,54	-33,69%	-548 404,59	-39,10%	Excesso de estimativa nomeadamente ao componente de dividendos
Transferências correntes	7 125 604,99	3 562 802,50	7 791 903,06	3 910 892,56	666 298,07	9,35%	348 090,07	9,77%	Insuficiencia de estimativa
Venda de bens e serviços correntes	2 261 086,17	1 130 543,09	567 364,53	284 268,53	-1 693 721,64	-74,91%	-846 274,56	-74,86%	
Venda de bens	19 212,87	9 606,44	10 359,15	9 673,05	-8 853,72	-46,08%	66,61	0,69%	
Serviços	1 936 844,75	968 422,38	274 894,27	129 299,90	-1 661 950,48	-85,81%	-839 122,48	-86,65%	Excesso de estimativa
Rendas	305 028,55	152 514,28	282 111,11	145 295,58	-22 917,44	-7,51%	-7 218,70	-4,73%	
Outras receitas correntes	1 459 022,67	729 511,34	1 907 736,14	573 714,17	448 713,47	30,75%	-155 797,17	-21,36%	Insuficiencia de estimativa
Receitas de capital	2 069 885,29	1 034 942,65	2 587 435,53	2 095 341,31	517 550,24	25,00%	1 060 398,67	102,46%	
Venda de bens de investimento	776 151,59	388 075,80	13 268,82	7 665,54	-762 882,77	-98,29%	-380 410,26	-98,02%	
Terrenos	0,00	0,00	13 268,82	7 665,54	13 268,82		7 665,54		
Habitacões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		
Outros bens de investimento	776 151,59	388 075,80	0,00	0,00	-776 151,59	-100,00%	-388 075,80	-100,00%	Excesso de estimativa
Transferências de capital	1 221 298,51	610 649,26	949 971,26	604 117,49	-271 327,25	-22,22%	-6 531,77	-1,07%	
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	939 460,39	469 730,20	340 512,00	233 488,00	-598 948,39	-63,75%	-236 242,20	-50,29%	A repartição do FEF em corrente e capital alterou
Ativos financeiros	72 435,19	36 217,60	1 517 694,67	1 483 558,28	1 445 259,48	1995,24%	1 447 340,69	3996,24%	Maior entrega da componente de redução do capital social da EMARP
Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		
Outras receitas de capital	0,00	0,00	106 500,78	0,00	106 500,78		0,00		
Rep. não abaidas nos pagamentos	0,00	0,00	71 203,50	71 202,35	71 203,50		71 202,35		
Total receita	52 959 323,24	26 479 661,62	45 994 354,78	20 710 040,18	-6 964 968,46	-13,15%	-5 769 621,44	-21,79%	
Receitas correntes	50 889 437,95	25 444 718,98	43 335 715,75	18 543 496,52	-7 553 722,20	-14,84%	-6 901 222,46	-27,12%	
Receitas de capital	2 069 885,29	1 034 942,65	2 587 435,53	2 095 341,31	517 550,24	25,00%	1 060 398,67	102,46%	

Continuação da página anterior

Município:

Portimão

Data:

31/12/2014

(euros)

Descrição	Valores candidatura		Valores Executados 2014		Desvio face ao previsto				Observação / Justificação
	Valores estimados no PAF para 2014		Ano	Semestral *	Ano		Semestral *		
	Ano	Semestral *			Valor Absoluto	Valor em %	Valor Absoluto	Valor em %	
Despesas correntes	39 163 609,89	19 581 804,95	33 857 842,27	15 001 603,74	-5 305 767,62	-13,55%	-4 580 201,21	-23,39%	
Despesas com o pessoal	15 201 192,15	7 600 596,08	14 009 673,30	7 307 904,07	-1 191 518,85	-7,84%	-292 692,01	-3,85%	
Remunerações certas e permanentes	11 935 535,91	5 967 767,96	10 850 146,40	5 813 187,90	-1 085 389,51	-9,09%	-154 580,06	-2,59%	Excesso de estimativa - Corte de salários
Abonos variáveis ou eventuais	250 000,00	125 000,00	166 742,10	103 871,13	-83 257,90	-33,30%	-21 128,87	-16,90%	
Segurança social	3 015 656,24	1 507 828,12	2 992 784,80	1 390 845,04	-22 871,44	-0,76%	-116 983,08	-7,76%	Excesso de estimativa
Aquisição de bens e serviços	7 359 201,66	3 679 600,83	6 451 206,30	2 776 859,03	-907 995,36	-12,34%	-902 741,80	-24,53%	
Aquisição de bens	763 897,18	381 948,59	663 441,59	313 257,19	-100 455,59	-13,15%	-68 691,40	-17,98%	Excesso de estimativa
Aquisição de serviços	6 595 304,48	3 297 652,24	5 787 764,71	2 463 601,84	-807 539,77	-12,24%	-834 050,40	-25,29%	Excesso de estimativa
Juros e outros encargos	6 826 649,38	3 413 324,69	4 398 539,31	1 096 694,32	-2 428 110,07	-35,57%	-2 316 630,37	-67,87%	Não operacionalização do PAEL e Reequilíbrio
Resultantes do PAEL	3 121 386,45	1 560 693,23	0,00	0,00	-3 121 386,45	-100,00%	-1 560 693,23	-100,00%	Não operacionalização do PAEL
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	3 705 262,93	1 852 631,47	97 157,46	44 451,66	-3 608 105,47	-97,38%	-1 808 179,81	-97,60%	Insuficiência de estimativa
Resultantes de endividamento de curto prazo	0,00	0,00	4 301 381,85	1 052 242,66	4 301 381,85		1 052 242,66		
Transferências correntes	3 391 319,44	1 695 659,72	2 485 525,88	1 292 364,48	-905 793,56	-26,71%	-403 295,24	-23,78%	
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		
Freguesias	140 724,25	70 362,13	141 916,72	70 416,72	1 192,47	0,85%	54,60	0,08%	
Associações de municípios	51 463,99	25 732,00	56 454,00	0,00	4 990,01	9,70%	-25 732,00	-100,00%	
Instituições sem fins lucrativos	1 829 415,20	914 707,60	793 692,81	335 986,23	-1 035 722,39	-56,61%	-578 721,37	-63,27%	Excesso de estimativa
Famílias	525 370,52	262 685,26	352 763,15	199 702,22	-172 607,37	-32,85%	-62 983,04	-23,98%	Excesso de estimativa
Outras	844 345,48	422 172,74	1 140 699,20	686 259,31	296 353,72	35,10%	264 086,57	62,55%	Insuficiência de estimativa
Subsídios	5 649 119,22	2 824 559,61	5 378 270,85	1 870 319,44	-270 848,37	-4,79%	-954 240,17	-33,78%	
Empresas públicas municipais e intermunicipais	5 649 119,22	2 824 559,61	5 378 270,85	1 870 319,44	-270 848,37	-4,79%	-954 240,17	-33,78%	Excesso de estimativa
Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		
Outras despesas correntes	736 128,04	368 064,02	1 134 626,63	657 462,40	398 498,59	54,13%	289 398,38	78,63%	Insuficiência de estimativa
Despesas de capital	8 080 811,34	4 040 405,67	11 009 030,03	5 701 377,65	2 928 218,69	36,24%	1 660 971,98	41,11%	Insuficiência de estimativa
Aquisição de bens de capital	451 169,00	225 584,50	3 653 404,69	462 721,93	3 202 235,69	709,76%	237 137,43	105,12%	Insuficiência de estimativa
Investimentos	451 169,00	225 584,50	3 653 404,69	462 721,93	3 202 235,69	709,76%	237 137,43	105,12%	Insuficiência de estimativa
Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		
Habitagões	0,00	0,00	0,00	6 054,72	0,00		6 054,72		Insuficiência de estimativa
Edifícios	0,00	0,00	0,00	89 779,85	0,00		89 779,85		Insuficiência de estimativa
Construções diversas	0,00	0,00	0,00	213 172,29	0,00		213 172,29		Insuficiência de estimativa
Outros	451 169,00	225 584,50	3 653 404,69	153 715,07	3 202 235,69	709,76%	-71 869,43	-31,86%	
Locação financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		
Transferências de capital	142 645,42	71 322,71	354 874,77	0,00	212 229,35	148,78%	-71 322,71	-100,00%	
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	26 755,50	0,00	26 755,50		0,00		
Freguesias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		
Associações de municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		
Instituições sem fins lucrativos	40 645,42	20 322,71	328 119,27	0,00	287 473,85	707,27%	-20 322,71	-100,00%	
Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		
Outras	102 000,00	51 000,00	0,00	0,00	-102 000,00	-100,00%	-51 000,00	-100,00%	
Activos financeiros	0,00	0,00	3 846 022,49	3 846 022,49	3 846 022,49		3 846 022,49		Insuficiência de estimativa - Cobertura de R.L. negativos do S.E.L.
Passivos financeiros	7 486 996,92	3 743 498,46	3 154 728,08	1 392 633,23	-4 332 268,84	-57,86%	-2 350 865,23	-62,80%	
Resultantes do PAEL	3 778 678,43	1 889 339,22	0,00	0,00	-3 778 678,43	-100,00%	-1 889 339,22	-100,00%	Não operacionalização do PAEL
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	3 708 318,49	1 854 159,25	3 154 728,08	1 392 633,23	-553 590,41	-14,93%	-461 526,02	-24,89%	Não operacionalização do Reequilíbrio
Resultantes de endividamento de curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		
Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		
Total despesa	47 244 421,23	23 622 210,62	44 866 872,30	20 702 981,39	-2 377 548,93	-5,03%	-2 919 229,23	-12,36%	Excesso de estimativa: Melhoria do executado face ao previsto
Despesa corrente	39 163 609,89	19 581 804,95	33 857 842,27	15 001 603,74	-5 305 767,62	-13,55%	-4 580 201,21	-23,39%	Excesso de estimativa: Melhoria do executado face ao previsto
Despesa de capital	8 080 811,34	4 040 405,67	11 009 030,03	5 701 377,65	2 928 218,69	36,24%	1 660 971,98	41,11%	Insuficiência de estimativa; nomeadamente quanto à cobertura dos R.L. negativos do S.E.L.
Saldo (Receita - Despesa)	5 714 902,01	2 857 451,01	1 127 482,48	7 058,79	-4 587 419,53	-80,27%	-2 850 392,22	-99,75%	Insuficiência de estimativa

* Para efeitos análise, considerou-se a metade do valor anual previsto

PLANO DE REEQUILIBRIO FINANCEIRO

QUADRO IV: MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO E DO SERVIÇO DA DÍVIDA DE

Município:

Data:

31/12/2014

(euros)

MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO									
Descrição	Valores candidatura		Valores Executados 2014		Desvio face ao previsto				Observação / Justificação
	Ano	Semestral *	Ano	Semestral *	Ano		Semestral *		
					Valor Absoluto	Valor %	Valor Absoluto	Valor %	
Dívida de Curto prazo	868 138	434 069	143 942 841	152 216 533	143 074 703	16480,64%	151 782 464	34967,36%	
Empréstimos de CP	0	0	3 000 000	10 494 847	3 000 000		10 494 847		Não operacionalização dos empréstimos no âmbito do PAEL e Recequilíbrio Financeiro
Empréstimos de MLP - Valor exigível a CP	0	0	7 614 605	0	7 614 605		0		Não operacionalização dos empréstimos no âmbito do PAEL e Recequilíbrio Financeiro
Outra	868 138	434 069	133 328 236	141 721 686	132 460 098	15257,95%	141 287 617	32549,58%	
Fornecedores c/c	602 325	301 163	98 818 087	101 170 891	98 215 762	16306,11%	100 869 728	33493,46%	Não operacionalização dos empréstimos no âmbito do PAEL e Recequilíbrio Financeiro
Fornecedores de imobilizado c/c	208 718	104 359	24 115 689	26 664 878	23 906 971	11454,20%	26 560 519	25451,11%	Não operacionalização dos empréstimos no âmbito do PAEL e Recequilíbrio Financeiro
Estado e Outros Entes Públicos	3 210	1 605	397 366	743 610	394 156	12279,01%	742 005	46230,81%	
Adiantamentos Clientes, contribuintes e utentes	2 674	1 337	23 561	295 963	20 887	781,11%	294 626	22036,33%	
Administração autárquica	7 863	3 932	500 957	953 806	493 094	6271,07%	949 875	24160,61%	Não operacionalização dos empréstimos no âmbito do PAEL e Recequilíbrio Financeiro
Outros credores	43 348	21 674	9 472 576	11 892 539	9 429 228	21752,39%	11 870 865	54770,07%	Não operacionalização dos empréstimos no âmbito do PAEL e Recequilíbrio Financeiro
Subtotal Curto prazo	868 138	434 069	143 942 841	152 216 533	143 074 703	16480,64%	151 782 464	34967,36%	

Continuação da pagina anterior

Município:

Data:

31/12/2014

(euros)

MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO									
Descrição	Valores candidatura		Valores Executados 2014		Desvio face ao previsto				Observação / Justificação
					Ano		Semestral *		
	Ano	Semestral *	Ano	Semestral *	Valor Absoluto	Valor %	Valor Absoluto	Valor %	
Dívida de Médio e longo prazo	147 448 588	73 724 294	8 516 759	10 398 655	-138 931 829	-94,22%	-63 325 639	-85,90%	
Empréstimos	147 448 588	73 724 294	8 516 759	10 398 655	-138 931 829	-94,22%	-63 325 639	-85,90%	Não operacionalização dos empréstimos no âmbito do PAEL
No âmbito do PAEL	93 158 789	46 579 395	0	0	-93 158 789	-100,00%	-46 579 395	-100,00%	Não operacionalização dos empréstimos no âmbito do PAEL
Outros empréstimos de médio/longo prazo	54 289 799	27 144 900	8 516 759	10 398 655	-45 773 040	-84,31%	-16 746 245	-61,69%	Não operacionalização dos empréstimos no âmbito do PAEL
Outra	0	0	0	0	0		0		
Fornecedores c/c	0	0	0	0	0		0		
Fornecedores de imobilizado c/c	0	0	0	0	0		0		
Estado e Outros Entes Públicos	0	0	0	0	0		0		
Clientes, contribuintes e utentes	0	0	0	0	0		0		
Administração autárquica	0	0	0	0	0		0		
Outros credores	0	0	0	0	0		0		
Subtotal Médio e longo prazo	147 448 588	73 724 294	8 516 759	10 398 655	-138 931 829	-94,22%	-63 325 639	-85,90%	Não operacionalização dos empréstimos no âmbito do PAEL
Total da dívida	148 316 726	74 158 363	152 459 600	162 615 188	4 142 874	2,79%	88 456 825	119,28%	
Dívida referente a operações de tesouraria e, se refletidas patrimonialmente, a cauções e garantias prestadas por terceiros	0	0	253 559	279 093	253 559		279 093		
Total da dívida de natureza orçamental	148 316 726	74 158 363	152 206 041	162 336 096	3 889 315	2,62%	88 177 733	118,90%	Insuficiência de estimativa

* Para efeitos análise, considerou-se a metade do valor anual previsto

PLANO DE REEQUILIBRIO FINANCEIRO

QUADRO V - CALENDARIZAÇÃO DA REDUÇÃO ANUAL DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

(Apenas para municípios que ultrapassem o limite legal de endividamento líquido)

Município:

Portimão

Data: 31/12/2014

(euros)

	2013 (previsão PAF)		Valores Apurados 2013		Desvio em valores absolutos		2014 (previsão PAF)				Valores Apurados 2014				Desvio face ao previsto							
							Ano		Semestral *		Ano		Semestral *		Valor Absoluto		Valor %		Valor Absoluto		Valor %	
	D	C	D	C	D	C	D	C	D	C	D	C	D	C	D	C	D	C				
21 Clientes, Contribuintes e Utentes																						
22 Fornecedores	0,00	1 110 314,00	93 839 404,89		-92 726 090,89	0,00	8 111 042,49	0,00	405 521,25	98 818 087,05		101 170 890,69	0,00	98 007 044,56		12084%	0	100 765 369	24848%			
23 Empréstimos Obtidos		154 935 584,58	22 286 134,28		132 649 450,20	0,00	147 448 587,67		73 724 293,84	19 131 363,82		20 893 591,44	0,00	-128 317 223,85		-87%	0	-52 830 792	-72%			
25 Devedores e credores pela execução do orçamento	1 140 779,46	3 309,55	1 818 197,59	379 199,43	-677 418,13	-375 889,88	1 140 779,46	3 210,26	570 389,73	1 605,15		0,00		17 420,11	-1 140 779,46	-3 210,26	-100%	-100%	-570 390	15 815	-100%	985%
26 Outros Devedores e Credores	0,00	270 724,62	0,00	29 028 838,46	0,00	-28 758 113,84	0,00	282 602,89	0,00	131 130,145		34 284 986,49	0,00	28 671 172,03	0,00	34 022 383,60		12954%	0,00	28 539 870,58		21736%
261 Fornecedores de Imobiliário	0,00	215 972,74	0,00	28 787 016,22		-28 571 043,48	0,00	208 717,56	0,00	104 358,79		24 115 689,6	0,00	23 906 971,60		11454%	0	26 560 519	25451%			
264 Administração Autárquica	0,00	8 105,92	0,00	725 740,38		-719 634,44	0,00	7 862,75	0,00	3 931,58		500 967,34	0,00	493 094,59		6271%	0	949 875	24361%			
268 Devedores e Credores Diversos	0,00	2 757,09	0,00	154 380,86	0,00	-151 623,77	0,00	2 674,37	0,00	137,19		9 666 506,40	0,00	1050 591,32	0,00	9 663 832,03		361950%	0	1049 254		78467%
[26(3)...] Outras	0,00	44 688,87	0,00	172133		42 967,54	0,00	43 348,21	0,00	21674,11		1833,59	0,00	-41514,82		-98%	0	-9 778	-91%			
TOTAL	1 140 779,46	156 322 932,75	1 818 197,59	145 533 577,16	-677 418,13	10 789 355,59	1 140 779,46	148 525 443,31	570 389,73	74 262 721,66		152 234 437,36	151 048 947,06	-1 140 779,46	3 708 994,05	-100%	2%					
Total Considerado para Endiv. Líquido	1 140 779,46	145 533 577,16	-677 418,13	10 789 355,59			1 140 779,46	148 525 443,31	570 389,73	74 262 721,66		152 234 437,36	151 048 947,06	-1 140 779,46	3 708 994,05	-100%	2%					
CONTRIBUIÇÃO DO SM, AM E SEL para o EL	0,00						0,00		0,00			31 148,74	0,00									
TOTAL ENDIV. LÍQUIDO SEC 95		144 392 797,70		11 466 773,72				147 384 663,85		73 692 331,93												
EMPRESTIMOS, DIVIDAS E CRÉDITOS DO MUNICÍPIO EXCEPCIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO		3 313 782,06		3 829 378,50				2 905 691,38		3 313 782,06												
Stock em 31/Dec. de EMLP excepcionados do limite de EL																						
Dividas do Município às empresas concessionárias do serviço de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão (consolidação até 31/12/1988)																						
Créditos do Município relativamente a SM e a entidades do SEL (independentemente de relevarem ou não para efeitos de limites de endiv.)	-10 793 657,67		0,00				-10 017 506,08		-10 793 657,67													
Creditos sobre terceiros que não sejam reconhecidos por ambas as partes																						
MONTANTES TOTAIS EXCEPCIONADOS DOS LIMITES	-7 479 875,61		3 829 378,50						-7 479 875,61													
TOTAL ENDIV. LÍQ. A CONSIDERAR		151 872 673,31		7 637 395,22					81 172 207,54			152 265 586,10	151 048 947,06					69 876 739,52	86%			
Limite Endividamento Líquido da LFL		34 922 869,16		59 799 698,79					36 599 511,95													
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS N.º 1 DO ARTIGO 52.º DA LEI N.º 73/2013												56 574 149,69	56 574 149,69									
EXCESSO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO		116 949 804,15		-					44 572 695,59			95 691 436,41	94 474 797,37			49 902 102		49 902 101,78	112%			
VARIAÇÃO DO EXCESSO DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO FACE AO ANO ANTERIOR	0,33		1,33						-0,62													

* Para efeitos de análise, considerou-se a metade do valor anual previsto

* Nova Lei das Finanças Locais

Para o cálculo dos valores apurados foi utilizado o método disposto na lei das F.L. n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013